

Mecanismos de diálogo e participação entre a comunidade e o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú em Bragança-PA

Hudson Leonardo Silva Ribeiro¹

Sebastião Rodrigues da Silva Júnior²

1. Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Pará-UFGA; *hudlsr@hotmail.com

2. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará, UFGA, Bragança-PA

Palavras Chave: Conselho Deliberativo, participação comunitária, gestão participativa

Introdução

As Reservas Extrativistas (RESEX), produto da luta histórica dos seringueiros na Amazônia foram instituídas no início dos anos 1990 com o intuito de conservar a biodiversidade presente nesses espaços e garantir o seu uso sustentável pelas populações tradicionais que nelas habitam (ALLEGRETTI, 1994). Em particular, a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú criada em 2005, com área de 42.068 hectares é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú (ASSUREMACATA) e os representantes das comunidades da RESEX; os quais estão como membros no Conselho Deliberativo (CD). Este é um espaço de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, este estudo objetiva identificar os mecanismos que favoreçam o estabelecimento de diálogo e participação entre o Conselho Deliberativo e as comunidades que estão localizadas na área de abrangência da RESEX.

Resultados e Discussão

A metodologia do trabalho é qualitativa, utilizando de instrumentos como a observação, entrevistas, pesquisa bibliográfica e análise documental da legislação de criação da RESEX e do CD. Realizou-se levantamento de dados junto às comunidades que fazem parte da Unidade de Conservação (UC) e informações sobre os membros do CD.

Durante o ano de 2014, não foram realizadas reuniões do conselho, pelo fato de não ter o representante do ICMBio. Este só chegou a RESEX no final do ano e até o presente momento (março de 2015), não soube-se de nenhuma reunião agendada.

Nas entrevistas com membros do CD observou-se que os mesmos fazem uso de mecanismos de diálogo e relataram que mantêm as comunidades informadas dos assuntos mais relevantes que são discutidos nas reuniões quando um deles afirma “sempre prestei serviços à comunidade e sou conselheiro atuante [...] a função do conselheiro é essa; levar as informações pra comunidade e eu sempre digo pra eles” (Conselheiro a; Vila Acarajó).

Também foram feitas entrevistas com moradores da RESEX de comunidades distintas. Alguns informaram que não sabem bem o que é CD e não conhecem os seus representantes. Entretanto, um morador demonstrou conhecimentos a respeito do órgão gestor e as atribuições de conselheiro quando diz que “conselheiro é algo que o representante ouve na comunidade e leva para o conselho para tentar resolver; para mim isso é um cargo de responsabilidade” (Morador 1, Vila que Era).

Percebe-se que ambos reconhecem a importância da relação entre conselho e comunidade, todavia, verificou-se

dificuldade de comunicação em determinadas comunidades, onde os sujeitos relatam que não sabem o que é decidido nas reuniões do Conselho. Os entrevistados disseram que os conselheiros fazem informes a respeito de recursos financeiros advindos de políticas ambientais: “Ele fala das casas do INCRA, de geladeira, bimotor para a pesca, mas nem todos ganham, tem gente que mora a mais tempo na comunidade e nunca recebeu nada e ninguém entende e nem sempre agente sabe do que é decidido lá” (Morador 2, Vila que Era).

“O pessoal da RESEX sempre fala que é pra preservar as árvores, não queimar pra fazer carvão porque isso afasta os peixes e fica difícil pescar” (Moradora 3, Vila do Bonifácio).

Compreende-se a partir deste estudo que o CD é formado por membros que atuam em suas comunidades, porém, os mecanismos de comunicação utilizados não estão sendo eficientes na construção de um diálogo que leve em consideração os anseios e expectativas de todos, deixando a prática da democracia participativa pela democracia representativa (BORDENAVE, 1994). O que implica em debater e exercitar a comunicação e a participação como elemento fundamental no processo de gestão dessa unidade de conservação.

Conclusões

O estudo dos processos de participação na gestão da RESEX revela aspectos a respeito da forma como os conselheiros dialogam com os seus usuários e a necessidade de todos avaliarem juntos sobre as formas de uso dos recursos naturais e a participação efetiva daqueles que dependem desta para a sua subsistência.

A participação comunitária tem sido o foco de todos, mas muitos tomam parte do que a cada um é designado. Constatou-se que os conselheiros utilizam a comunicação verbal para repassar as informações, mas a maneira como é utilizada, não possibilita que todos se sintam representados. Acredita-se ser emergencial a abertura de espaços dentro do CD para esse debate e refletir sobre possíveis momentos de formação dos conselheiros para uma melhor atuação e gestão participativa nas comunidades.

Agradecimentos

À Pro-Reitoria de Pesquisa da UFGA, pela concessão da bolsa.

Aos conselheiros e demais comunitários pela participação na pesquisa.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. B. (Et al). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú, Bragança-PA**. Portaria nº 17, 24/09/2007.